

ANTROPOLOGIA VISUAL: repensando o campo do patrimônio imaterial a partir dos dossiês do IPHAN como “registros de memórias”¹

Nayala Nunes Duailibe²

RESUMO

O presente trabalho abarca a dimensão de análise entre antropologia visual e o patrimônio imaterial nas estratégias de registro das “memórias”. É parte do processo de amadurecimento de um campo de estudo em perspectiva doutoral e ressalta o sentido e o significado da construção das categorias de entendimento: patrimônio imaterial, memória, antropologia visual e visualidades. Pensar e repensar o campo do patrimônio imaterial bem como entender a dimensão analítica a partir dos dossiês de reconhecimento, propostos em forma do audiovisual e de textos pelo IPHAN.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio imaterial, dossiês de registro, antropologia visual.

INTRODUÇÃO

No âmbito do patrimônio imaterial, os dossiês constituem um importante instrumento de reconhecimento e registro. Os dossiês propostos como instrumento no circuito imaterial são parte das ações que incluem: mapeamento, identificação, registro, fomento, valorização e continuidade (UNESCO, 2003). A instrumentalização da forma de reconhecer a cultura, representa um esforço na valorização e na criação de meios técnicos mais adequados a construção de um sentido para o “registro da memória”, tão pertinente ao patrimônio imaterial.

A referência a um patrimônio e sua perspectiva dentro do contexto da imaterialidade advém da década de 1930, com Mário de Andrade e com a Fundação Nacional pró-memória³. Essa dimensão política no conceito de patrimônio, versa pela possibilidade de qualificação dos instrumentos legais do patrimônio imaterial, ressaltando a importância da ideia de cultura popular, tão presente naquela época⁴.

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

² Doutoranda do Programa de pós-graduação em Antropologia Social da UFG, mestre em Antropologia Social e Graduada em Ciências Sociais. Professora da UniEvangélica campus Ceres. E-mail: nayala.duailibe@gmail.com

³ Conceito de Fundação Nacional Pró-Memória 1979-1990. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/53/fundacao-nacional-pro-memoria-1979-1990>. Acesso dia 27 de Julho de 2018.

⁴ CASTRO, Maria Laura Viveiros de. **Patrimônio imaterial no Brasil. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.**

Já em 1972, a Convenção da UNESCO⁵ passa a tratar sobre a salvaguarda⁶ do patrimônio, reconhece as formas jurídicas de proteção às manifestações da cultura tradicional.

Entre os anos de 1940 a 1980, existe a recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular, e a questão do intangível (CHUVA, 2012). Dos marcos desse período, existe a Criação da Funarte, Centro tradicional de Referências culturais entre outros que delegam uma importância política e uma luta de reconhecimento para memória. Em 1988, com a Constituição Federal, passa a ser definido o conceito de Patrimônio Cultural (CUNHA, 2004).

Estratégias de poder e retomada de elites políticas, deixaram de lado essa ideia de “apoio a cultura”, para representar um patrimônio edificado a sombra do conceito de materialidade. A partir de 2000, com o Decreto sobre o Registro de bens nº 3.551/2000⁷. Cria-se uma metodologia do inventário nacional de referências culturais. Recai sobre o processo uma nova estratégia, a construção e ampliação de um conceito de patrimônio imaterial, que faz referência aquilo que pode ser reconhecido, valorizado, transmitido e atualizado.

A Carta de Fortaleza (1997)⁸, assegura “que o patrimônio cultural brasileiro é constituído por bens de natureza material e imaterial, conforme determina a Constituição Federal”. A Construção de um grupo de trabalho a partir desse documento, fortaleceu a busca por estratégias que garantissem um campo institucionalizado para o patrimônio imaterial. A perspectiva da gestão patrimonial, pensada como instrumento de ação de política pública e com referência ao valor e o significado do patrimônio. Preservar, promover, fortalecer e compartilhar, por isso, os documentos que constituem os dossiês de reconhecimento estão em domínio público. Fazem parte do acervo audiovisual do IPHAN⁹, constituem fonte de pesquisa e acesso livre. Dessa forma, como pensar o campo

⁵ CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao%20Salvaguarda%20Patrim%20Cult%20Imaterial%202003.pdf>.

⁶ Segundo a UNESCO (2003, p.05) “Entende-se por “salvaguarda” as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal - e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos”

⁷ Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/279736.pdf>

⁸Disponível

em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf>

⁹ Segundo dados do IPHAN (2017), existem 41 bens registrados. Estes foram separados por regiões e por referência aos 4 livros, chamados Livros Públicos, usados como metodologia de marcação ou ato culminante do reconhecimento. O material está disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1617/>

do patrimônio e da Antropologia visual na gestão institucional das memórias, por meio dos dossiês de registro de bens culturais de natureza imaterial?

Este artigo parte das questões iniciais que norteiam a pesquisa doutoral. Ressaltam o amadurecimento do objeto de estudo e como este é visto dentro do campo da Antropologia. Ao pensar patrimônio e antropologia visual, debruço-me sobre questões teóricas dos dois campos, demonstrando a importância da aproximação da antropologia visual na construção das narrativas e do que tange o reconhecimento do patrimônio. A discussão política sobre os meios técnicos que possibilitam a transmissão de informação e o acesso por meio de tecnologias de informação, isto diante da possibilidade de uma obrigação pública do IPHAN.

Na primeira parte do artigo, destaco a historicidade do patrimônio, destacado o Brasil como marco para pensar a virada conceitual do patrimônio material em patrimônio imaterial (uma reviravolta, na verdade). Essa ideia permeia o fato da mudança na forma como os instrumentos normativos do campo da cultura assumem importância diante da salvaguarda.

Na segunda parte, resalto a dinâmica entre o imagético no campo da Antropologia Visual, ressaltando o impacto que as visualidades trazem para pensar o campo do patrimônio. Nessa dinâmica, há a possibilidade pensar porque os dossiês do patrimônio do IPHAN são, principalmente, audiovisuais, populares e com temporalidades definidas. A discussão no campo da Antropologia Visual, parte do campo das visualidades, resalta autores como Eckert e Rocha (2016), Caiuby Novaes (2009), Caiuby Novaes (2008) e Ribeiro (2005), contemplam uma aproximação entre Antropologia e a possibilidade de pensar o campo do patrimônio.

2 PATRIMÔNIO IMATERIAL: um campo em disputas

Historicamente, a dimensão simbólica do patrimônio perpassa por uma constante revisão conceitual. A definição histórica do patrimônio (CHOAY, 2001), consagrada diante da monumentalidade (refere-se a uma construção de uma identidade pautada na representatividade material). Desdobra-se juntamente com a proposição de muitas frentes de trabalho voltadas para pensar: cultura, identidade, reconhecimento, memória. Essa e outras categorias pautadas nas estratégias políticas dos grupos dominantes.

Essa dimensão arbitrária do patrimônio material chega ao Brasil ainda no século XX, reforçando a tentativa das elites locais de construir uma identidade nacional, calcada

na referência à história e a memória. Ligações de um passado escravista, subalternizado e cheio de contradições. O patrimônio material, torna-se instrumento normativo de um reconhecimento histórico, quase sempre, unilateral.

A dimensão simbólica da noção de “pedra e cal” (CHUVA, 2012), recai constantemente na luta pelo reconhecimento e nas disputas por locais de fala dos grupos constituidores da nação como os indígenas e dos negros. O patrimônio, sobretudo, o brasileiro construiu-se das elites e para as elites. Segundo Abreu e Chagas (2003, p.11)

Se durante décadas predominou um tipo de atuação preservacionista, voltada, prioritariamente para o tombamento dos chamados bens de pedra e cal – igrejas, fortes, pontes, chafarizes, prédios, conjuntos de bens urbanos representativos de estilos arquitetônicos específicos - , o referido decreto colocou em cena uma antiga preocupação dos intelectuais brasileiros, entre os quais se destacou Mário de Andrade, qual seja, a de valorizar o tema do intangível, contribuindo social e politicamente para a construção de um acervo amplo e diversificado de expressões culturais, em diferentes áreas [...]

As perspectivas de pensar algo como sendo intangível abriu as portas do patrimônio imaterial, para Gonçalves (2003, p. 23) “a categoria patrimônio, tal como é usada na atualidade, nem sempre conheceu fronteiras tão bem delimitadas”. Como par de oposição do “pedra e cal”, o patrimônio imaterial reforça que “nessa nova categoria estão lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas etc” (GONÇALVES, 2003, p.24). Segundo o texto da UNESCO (2003, p.04)

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável.

O patrimônio imaterial torna-se instrumento legítimo, consagrado. Autoriza-se a ideia de algo com registro especial, mediante o uso de qualitativos que pretendem ressaltar a importância dos processos de criação, de manutenção e de reconhecimento. Neste momento o patrimônio imaterial, caracteriza-se como diálogo com as comunidades, possibilitando uma documentação a partir da oralidade. Institui-se no âmbito do Estado o Sistema Nacional de proteção do patrimônio imaterial, apresenta uma visão prática do projeto: (1) obrigação pública; (2) uso do direito ao título; (3) promoção do ministério da

cultura; (4) apoio do governo federal. Assim, meios jurídicos, científicos e administrativos dão legitimidade ao processo.

A partir da ideia de registro (IPHAN, 2006, p.22), observa-se um conjunto de elementos a serem seguidos para que o bem seja reconhecido. Esse registro no Livro Registros, juntamente com toda documentação deve ser revisada a cada 10 anos. Ao ser inscrito no Livro (1) saberes, (2) celebrações, (3) formas e expressão e (4) lugares. Existe, portanto, uma obrigação de documentar e acompanhar. Essa documentação está presente em dossiês, documentos e produtos audiovisuais, feitos segundo diretrizes do IPHAN que são diretamente ligados ao processo de reconhecimento.

Este trabalho centra-se no instrumento dos vídeos produzidos para o dossiê. Ressalta a dinâmica da construção e quais existe a identificação do, instrumentalização por meios técnicos de expressão do que se entende pelo processo de salvaguarda do patrimônio imaterial, por meio da realização dos filmes e dos dossiês.

3 ANTROPOLOGIA VISUAL E PATRIMÔNIO IMATERIAL: diálogos em dossiês

A Antropologia visual é parte importante para pensar a dimensão do trabalho da Antropologia na legitimação do campo do saber. Diante do esforço de registro de vida, da memória, do desejo de representação, da relação com o outro, da tentativa de construir e apresentar modos humanos (CAIUBY NOVAES, 2009). A transformação histórica da disciplina, agregadas ao uso da imagem são, dessa forma, demonstrativos de um campo de tensão (RIBEIRO, 2005). Ângulos, estratégias, visualidades o que se apresenta, o que se omite, quais os espaços representativos das imagens, o que ela silencia, o que ela evidencia. Durante muito tempo, a Antropologia utilizou-se das imagens como “documentação da realidade”, mostrada uma legitimidade diante do trabalho do antropólogo.

Torna-se uma preocupação documental de mostrar a diversidade das culturas e da forma de vida. Um filme, uma coleção de imagens, registros sonoros figuram como elementos que permitiam um melhor entendimento da questão (CAIUBY NOVAES, 2009, p.18). Para Ribeiro (2005, p.615) “o cinema (e a antropologia) tornou-se também parte da violenta estruturação da percepção espacial, social e cultural e da interação humana promovidas pelos modos de produção e pelo intercâmbio industrial capitalista (tecnologias modernas), e pela estruturação do espaço urbano (construção em larga escala

de logradouros urbanos povoados por multidões anônimas)”. Quando colocados diante da documentação e da responsabilidade de produção de sentido, a antropologia visual assume novas diretrizes. Assim, Ribeiro (2005, p.623) ressalta que

As instituições científicas reconhecem nos filmes de exposição características não só de qualidade instrumental, mas também de natureza simbólica (sistemas de símbolos e modo de estruturação, “gramática das imagens”: modos de apresentação dos conteúdos, modos de construção da mensagem, caráter apelativo das imagens e das vozes do comentário), úteis à pesquisa e à comunicação científica e, no caso concreto, à etnografia e à antropologia.

Antropologia e patrimônio há muito vêm caminhando no sentido de apresentar uma estratégia que abarque a dimensão de uma construção de sentido e significado para as práticas culturais. Na esfera da dos sentidos e significados busca-se entender como grupos entendem, discutem e trabalham o sentido do patrimônio. Vê-se essa questão diante da possibilidade de pensar as estratégias do IPHAN para legitimar a natureza simbólica com os dossiês, com a representação audiovisual pelo convencimento e pelas muitas imagens e fotografias que estão presentes na parte “escrita do dossiê”.

O quadro a seguir ajuda a mapear quais e como estão distribuídos o material dos dossiês no *site* do IPHAN (apenas uma parte deles, para este artigo). Cada componente do dossiê apresenta uma estrutura que vai da descrição do que pretende registrar até um trabalho documental audiovisual da proposta, ressaltando a importância da documentação e do registro. Para Comolli (2009, p.31) “descrever com a ajuda do filme consiste em apresentar, de forma continuada ou simplesmente de passagem, uma pessoa, um grupo humano, uma atividade ou um conjunto de atividades, um lugar, um momento, etc”. Do conjunto dos bens inventariados do IPHAN temos, inicialmente, a divisão do livro de Registro dos Saberes que “reúnem conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades” (IPHAN, s/a). Dos inventariados temos:

Quadro 1 - Livro de Registro dos Saberes - Bens Culturais Imateriais

LIVRO DO REGISTRO DO SABERES	VÍDEO
Modo artesanal de fazer Queijo de Minas	http://portal.iphan.gov.br/videos/detalhes/100/modo-artesanal-de-fazer-queijo-de-minas-parte-1/
Modos de Fazer Cuias do Baixo Amazonas	http://portal.iphan.gov.br/videos/detalhes/48/
Modo de Fazer Viola de Cocho	http://portal.iphan.gov.br/videos/detalhes/97/modo-de-fazer-viola-de-cocho-parte-1/
O Modo de Fazer Renda Irlandesa	http://portal.iphan.gov.br/videos/detalhes/37/o-modo-de-fazer-a-renda-irlandesa/

Ofício das Baianas de Acarajé	https://www.youtube.com/watch?v=e540w51bUjE&list=PLPHBfbuYpe69ZdNboPf1Idtx0w-JK_hM2&index=44
Ofício das Panelas de Goiabeiras	https://www.youtube.com/watch?v=ZAVid8v7mF4&index=57&list=PLPHBfbuYpe69ZdNboPf1Idtx0w-JK_hM2
Ofício dos Mestres de Capoeira	Não há vídeo
Ofício de Sineiro	Não há vídeo
Produção Tradicional e Práticas Socioculturais Associadas à Cajuína no Piauí	http://portal.iphan.gov.br/videos/detalhes/25/cajuina-modo-de-fazer-cajuina/
Saberes e Práticas Associados aos Modos de Fazer Bonecas Karajá	http://portal.iphan.gov.br/videos/detalhes/39/ritxoko/
Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro	http://portal.iphan.gov.br/videos/detalhes/35/o-sistema-agricola-tradicional-do-rio-negro/

Fonte: DUAILIBE, 2018.

Aqui estão elencados os vídeos, cada vídeo possui cerca de 10 minutos, alguns divididos em duas partes. Cada vídeo da plataforma está ligado ao chamado “dossiê”, material escrito com fotos e imagens que são parte importante do processo de identificação e reconhecimento. O trabalho multidisciplinar, agrega várias áreas do saber, muitas vezes, por meio de edital que contemple a possibilidade e cumprimento das etapas de identificação – instrumento legal – para continuidade do processo.

Os vídeos selecionados constam apenas em 1 dos 4 livros de Registro. Aparecem aqui como estratégia para pensar o audiovisual. Elenco estes pela brevidade desta análise¹⁰. Estes vídeos podem ser pensados dentro do campo da Antropologia visual, representam

A dinamicidade, as interações com aspectos de identidade, o território e o meio ambiente são algumas das dimensões que compõem os bens de natureza imaterial, e tratar desses temas e manifestações tão dinâmicos em um formato de curso a distância, para um público que abrange todo o território nacional e, em seguida, transformá-lo em uma versão para a publicação, são desafios postos sob o ponto de vista metodológico e da organização de conteúdos (BRASIL, 2014, p.14)

¹⁰ Os demais vídeos podem ser acessados no site do IPHAN. Como estratégia metodológica não constam neste trabalho.

Como legitimar a publicação, como dar sentido a uma narrativa? A representatividade e a construção de um sentido que legitimam as práticas de Saber. Ressaltam a importância de demonstrar, através do olhar, a expressão de uma prática construída sobre a oralidade. Identifica-se, por meio do trabalho de captação de imagens e registro sonoro, o instrumento do saber sobre o qual se evidencia uma importância diante de uma prática histórica.

Imagem 1 - Saberes e Práticas Associados aos Modos de Fazer Bonecas Karajá



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/videos/detalhes/39/ritxoko/>

No campo da visualidade, a realização do trabalho com as bonecas Karajá, como exemplo para pensar a análise, evidencia, uma maneira de conceber a imagem como representativa do todo, assim “uma imagem representa, no sentido bem simples de que ela torna presente qualquer coisa ausente” (CAIUBY NOVAES, 2008, p.459). Acessível a todos, a forma da boneca, imagética, nos apresenta uma relação entre o que entendemos por “boneca” e as particularidades de uma boneca dentro do contexto indígena. As narrativas das pessoas envolvidas, as maneiras e construir sentidos e significados dão, ao espectador, um envolvimento particular. A legitimação e os sentidos são dados no enlace da apresentação sobre o saber fazer da boneca.

Os vídeos representam uma referência cultural “implicam, ainda, uma nova visão da conservação e gestão do patrimônio. Nessa perspectiva, a participação das comunidades na definição e implementação das ações de preservação (SANT’ANNA, 2000, p. 09). Os vídeos expressam a formatação dos dossiês em construir uma narrativa

que contemple a ideia de autenticidade dos vídeos. As narrativas são possibilidades de escritas imagéticas.

Imagem 2 – A representação do sentido e dos usos das bonecas



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/videos/detalhes/39/ritxoko/>

A produção de sentido das imagens, aliada ao trabalho dos Antropólogos, busca construir um sentido na narrativa. Por mais polissêmico que a recepção dessas imagens possa ser, ainda se constrói sobre elas uma instrumentalização, um direcionamento, uma forma de condução para que a ideia de patrimônio (GONÇALVES, 2003), por exemplo, sempre apresentada.

Os sujeitos representados, não fazem parte do circuito de autoridade científica, como suas falas tornam-se legitimadoras da prática de fazer? Essa virada conceitual dada pelo patrimônio imaterial coloca em evidência exatamente o lugar de fala de quem é representado como autoridade no Registro do Saberes. Há dois momentos sobre os quais podemos pensar as estratégias no campo da Antropologia Visual: (1) dos representados e da legitimidade discursiva de suas ações, pautadas na oralidade e na representação diante de quem são para a comunidade; (2) na epistemologia das imagens, sobre as quais são pensadas a forma e o sentido trazido para o audiovisual por meio da construção narrativa e da intencionalidade dos autores (FERRAZ, 2014).

Observa-se que essa tentativa de construir um sentido a partir de imagens e filmes é, um esforço da lógica patrimonial para documentar e proteger o saber, muitas vezes, próximo ao silenciamento por ter um caráter complexo e/ou pertencer a um grupo cuja representatividade ser aproxima de uma mudança radical. Observa-se esse trabalho das imagens como uma maneira antropológica de dar relevância a memória e a identidade.

O arquivo de memórias – como tento chamar esse trabalho – são parte de uma dialogia complexa que envolve patrimônio e antropologia visual. Creio que esta dimensão epistemológica não poder ser entendida em sua completude neste trabalho, mas seu esforço inicial é fruto uma tentativa, de pensar um campo de estudo. Que memórias carregam esses filmes? São eles de caráter etnográficos ou somente como registro para fins técnicos? Os vídeos que compõem o dossiê, bem como as imagens presentes no texto do dossiê são “registros de memória”? Se a cada 10 anos esse material é reavaliado, de que memória falamos quando vemos uma “prática de saber” ser qualifica no tempo, seja pela narrativa das imagens ou pela duração da prática enquanto cultura? Ao observar a relevância dos dossiês para o processo de patrimonialização, deparo-me com a complexidade da Antropologia e do patrimônio, nesse bolo o papel importante do campo da visualidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina e CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

CAIUBY NOVAES, Sylvia. **Entre a harmonia e a tensão**: as relações entre Antropologia e imagem. Revista ANTHROPOLÓGICAS, ano 13, vol. 20(1+2): 9-26, 2009.

_____. **Imagem, magia e imaginação**: desafios ao texto antropológico. MANA 14(2): 455-475, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v14n2/a07v14n2.pdf> Acesso em 29 de Julho de 2018.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2003.

CHUVA, Márcia (org.). **A invenção do patrimônio**. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN, 2009.

CHUVA, Márcia. **Patrimônio cultural**: políticas públicas e perspectiva de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012. Introdução- história e patrimônio: entre o risco e o traço, a trama. In_- Revista do patrimônio histórico e artístico. IPHAN. Nº 34, 2012. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3239> Acesso 23 de julho de 2018.

COMOLLI, Annie. Elementos do método em antropologia fílmica. In_ FREIRE, Marcius e LOUDOU, Philippe (orgs). **Descrever o visível**: cinema documentário e antropologia fílmica. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009.

CUNHA, Danilo Fontenele Sampaio Cunha. **Patrimônio Cultural**: proteção legal e constitucional. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. ANTROPOLOGIA EM OUTRAS LINGUAGENS Considerações para uma etnografia hipertextual. RBCS Vol. 31 n° 90 fevereiro/2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v31n90/0102-6909-rbcsoc-31-90-0071.pdf>. Acesso em 03 de Agosto de 2018.

FERRAZ, Ana Lúcia Camargo; Mendonça, João Martinho de Ana Lúcia Camargo Ferraz e João Martinho de Mendonça (Orgs.). **Antropologia visual**: perspectivas de ensino e pesquisa; Brasília- DF: ABA, 2014.

GONÇALVES, José Reinaldo Santos. O Patrimônio como categoria do pensamento. In_ ABREU, Regina e CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

PATRIMÔNIO IMATERIAL: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4. ed, 2006. 140 páginas. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_ORegistroPatrimonioImaterial_1Edicao_m.pdf Acesso em 13 de Julho de 2018.

RIBEIRO, José da Silva. **Antropologia visual, práticas antigas e novas perspectivas de investigação**. Revista de Antropologia (USP. Impresso), v. 48 n°, p. 613-648, 2005.

SANT'ANNA, Márcia. Relatório final das atividades da comissão e do grupo de trabalho patrimônio imaterial. In: **Patrimônio Imaterial**: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_ORegistroPatrimonioImaterial_1Edicao_m.pdf Acesso em 15 de Julho de 2018.